



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública
Volumen 6, Número 1 - mayo 2019



FLACSO
ECUADOR



mundosplurales

Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública

Volumen 6, Número 1, mayo 2019

Editores

Betty Espinosa (FLACSO Ecuador)

André-Noël Roth (Universidad Nacional de Colombia)

William F. Waters (Universidad San Francisco de Quito, Ecuador)

Comité Editorial

Guillermo Baquero (European School ESMT, Alemania)

Eduardo Bedoya (Pontificia Universidad Católica del Perú)

Robert Cobbaut (Universidad de Lovaina)

Renato Dagnino (Universidad de Campinas)

Jean De Munck (Universidad de Lovaina)

Rolando Franco (FLACSO Chile)

Ana María Goetschel (FLACSO Ecuador)

Gloria Molina (Universidad de Antioquia)

Leopoldo Múnera (Universidad Nacional de Colombia)

María Dolores París (El Colegio de la Frontera Norte)

Myriam Paredes (FLACSO Ecuador)

Thomas Périlleux (Universidad de Lovaina)

Geoffrey Pleyers (Universidad de Lovaina)

David Post (Pennsylvania State University)

Marcela Pronko (Fundación Oswaldo Cruz, Brasil)

Javier Roiz (Universidad Complutense de Madrid)

Michael Uzendoski (FLACSO Ecuador)

Unai Villalba (Universidad del País Vasco)

Martha Zapata (Universidad Libre de Berlín)

Cristina Zurbbriggen (Universidad de la República, Uruguay)

Gestora de la revista: Susana Anda

Diseño y diagramación: FLACSO Ecuador

Imprenta:

© De la presente edición

FLACSO, Sede Ecuador

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro

Quito, Ecuador

Tel.: (593-2) 294 6800

Fax: (593-2) 294 6803

www.flacso.edu.ec

ISSN: 1390-9193

Quito, Ecuador 2019

1ª. edición: mayo 2019



Índice

Introducción 5-6

Artículos

Estado y acción colectiva: los afiliados al Seguro Social Campesino en Ecuador, 1993-1998 9-30

Ninfa León Jiménez

De la igualdad natural a la igualdad de oportunidades. Revisitando la teoría igualitarista frente al bienestar y la desigualdad en América Latina 31-52

Freddy Hernández Bazán

Formulación participativa de la Política Pública de Transparencia en Bogotá 53-72

Diana Carolina Silva

La sociedad del conocimiento: cantidad, categoría y género de los investigadores en Ecuador 73-92

José Luis Zambrano Mendoza

Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019 93-119

Maria da Gloria Gohn

Gobernanza del agua en comunas rurales de Santa Elena 121-143

Manuel Mera y Vicente Guamán

Reseñas

Magdalena Hadjiisky, Leslie A. Pal y Christopher Walker, Eds. 2017.

Public Policy Transfer. Micro-Dynamics and Macro-Effects147-149

Eric Sabourin

Jorge Luis Acanda. 2002. Sociedad civil y hegemonía 150-152

Danilo Ricardo Rosero

Política editorial.....153-156

Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019

Protests cycles in Brazil: 1970-2019

Ciclos de protesta en Brasil: 1970-2019

Maria da Gloria Gohn*

Recibido: 3/4/2019 - Aceptado: 17/11/2019

Resumo

O artigo faz um levantamento dos estudos sobre protestos e movimentos sociais no Brasil nas cinco últimas décadas, nas ciências sociais, mapeando sua diversidade, temáticas, paradigmas teórico-metodológicos, categorias e autores. Recupera-se as ações e as teorias que têm dado suporte às suas análises, segundo momentos da conjuntura histórico-política do país. Os dados foram agrupados em cinco ciclos histórico-políticos distintos: 1º- na década de 1970; 2º- transição democrática dos anos de 1980; 3º pós Constituição de 1988; 4º- década de 2000 e, 5º- pós junho de 2013. Estes ciclos apresentam cinco referenciais teóricos: neomarxistas, culturalistas, institucionalistas, autonomistas e neoliberais. Indaga-se como os eventos de protestos têm influenciado as teorias e vice-versa.

Palavras chaves: abordagens teóricas; ações coletivas; Brasil; ciclos de protestos; movimentos sociais; protestos.

Abstract

This paper examines the studies on protests and social movements in Brazil in the last five decades, mapping its diversity, theoretical-methodological paradigms, categories and authors. It recovers the actions and theories that are supported by their analyses, according to moments of the historical-political conjuncture of the country. The data is grouped into five distinct historical-political cycles: in the 1970s; in the democratic transition during the 1980s; in the post Constitution of 1988; in the first decade of the 21st century and, late June of 2013. These cycles present five theoretical references: neo Marxists, culturalists, institutionalists, autonomists and neoliberals. It is questioned how protest events have influenced theories and vice versa.

Keywords: collective actions; protests; Brazil; protest cycles; social movements; theoretical approaches.

Resumen

Este artículo examina, desde las ciencias sociales, los estudios sobre protestas y movimientos sociales en Brasil en las últimas cinco décadas, mapeando su diversidad, paradigmas temáticos, categorías y autores. Recupera las acciones y teorías que se apoyan en sus análisis según los momentos de la coyuntura histórico-política del país. Los datos se agruparon en cinco ciclos histórico-políticos distintos: en la década de 1970; en la transición democrática de 1980; durante la Constitución de 1988; en el primer decenio del 2000; y después de junio de 2013. Estos ciclos presentan cinco referencias teóricas: neomarxistas, culturalistas o identitarios, institucionalistas, autonomistas y neoliberales. Se cuestiona cómo los eventos de protesta han influido en las teorías y viceversa.

Palabras clave: acciones colectivas; enfoques teóricos; Brasil; ciclos de protesta; movimientos sociales, protestas.

* Profesora titular, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e investigadora del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico, Brasil. mgohn@uol.com.br

Apresentação

O artigo objetiva fazer uma sistematização dos ciclos de protestos ocorridos no Brasil da década de 1970 até a atualidade e um levantamento das abordagens teóricas que têm dado suporte aos estudos sobre os movimentos sociais e as ações coletivas destes ciclos, produzidos no Brasil nas últimas cinco décadas, focalizando eixos temáticos tratados e os referenciais teóricos utilizados (Gohn 2018a). Há, portanto, dois recortes importantes- protestos ocorridos no Brasil e bibliografia produzida também no Brasil, em livros, capítulos e artigos. As referências bibliográficas do exterior, sobre a temática da participação em protestos, manifestações, movimentos, etc. é relevante e sempre citada à medida que serve de suporte ao referencial teórico utilizado pelos autores brasileiros, ou estrangeiros que trabalham no Brasil e publicaram no país. Busca-se o entendimento da relação entre protestos, teorias e a conjuntura política do país. O artigo faz a seguinte indagação: há correlação entre teoria e realidade ou há um deslocamento entre estes dois campos? Desta questão formulamos uma hipótese: a utilização de certas teorias, em dado tempo histórico, tem íntima correlação com a conjuntura social, política e econômica do país, dada a existência de ciclos específicos de lutas, movimentos, protestos e mobilizações; ou de práticas de cooperação e participação em políticas institucionalizadas nos mesmos ciclos. No período histórico brasileiro tratado neste artigo detectou-se cinco ciclos políticos distintos, e a respectiva participação de segmentos da sociedade civil em de movimentos e/ou ações coletivas a saber: 1º- na década de 1970- ; 2º- transição democrática dos anos de 1980; 3º após Constituição de 1988; e 4º- na primeira década do novo século, e 5º- após junho de 2013.

As teorias analisadas foram aglutinadas em sete blocos segundo os pressupostos teórico-metodológicos e os paradigmas onde se localizam. Destaco novamente- o artigo é resultado de um estudo que faz um mapeamento dos protestos, movimentos e demais ações coletivas da sociedade civil. As teorias e categorias analíticas são mencionadas para dar um enquadramento, para informar ao leitor sobre a literatura publicada no Brasil, sobre protestos no Brasil, em um largo período histórico (1970-2019), apresentando quais as teorias que têm sido utilizadas nas análises. Nosso objetivo não é apresentar um debate sobre as teorias, mas sim apresentar quais teorias foram mais utilizadas em dado momento histórico, busca-se correlacionar essas teorias, os tipos de ações coletivas e a conjuntura político, social e econômica que o país vivia naqueles momentos. Essas teorias foram nominadas como: teorias neomarxistas, teorias culturalistas ou identitárias, teorias institucionalistas, teorias autonomistas, teorias feministas, teorias relacionais e teorias neoliberais. Pontuaremos algumas de suas características e alguns de seus autores após a caracterização

histórica de cada ciclo analisado. Certamente que em um artigo temos de selecionar e fazermos escolhas pois é impossível esgotar o universo de autores e pesquisas sobre o tema em tela. Neste artigo, autores que tem pesquisado a temática dos protestos, no campo das ciências sociais, no Brasil, foram mapeados e citados da década de 1970 até 2019. Registre-se ainda que a autora deste artigo sempre atuou no campo científico, na pesquisa, orientação de trabalhos científicos e publicações, e não no campo do ativismo ou da militância direta em ações coletivas. Do ponto de vista metodológico, sempre buscamos olhar ‘por dentro’ das ações coletivas, analisando as lideranças, bases, assessorias, parcerias etc., Articulamos este procedimento a um ‘olhar externo’, buscando captar como a sociedade, especialmente a mídia e as instituições civis, e o governo e as políticas públicas, têm tratado essas ações.

É importante destacar ainda que utilizamos a categoria ‘protesto’ como aquela que se expressa em ações coletivas de participação social que ocorrem na esfera pública e se apresentam sob inúmeras formas, tais como: movimentos, manifestações, coletivos sociopolíticos e culturais, marchas, abaixo assinado, ocupações, performances e representações artísticas, painelaços ou ‘*cacelorazos*’, etc. É sempre um posicionamento social que pode ser construído por diversos grupos, com ideologias também diversas. O ‘ciclo’ é utilizado como um processo histórico político peculiar e distinto, composto por um conjunto de demandas, reivindicações, manifestações, protestos, contestações; ou ações coletivas de cooperação e parceria de organizações civis, ou instituições participativas públicas atuando em políticas públicas, ocorridas em dado tempo histórico. Portanto, um ciclo se configura a partir das especificidades da conjuntura político-social do país e os atores em cena. Os ciclos são períodos possíveis de serem datados onde se observam novos repertórios das formas de ação coletiva, novas formas de práticas e *performances* de contestação, ou novas formas da colaboração/inclusão dos atores sociais. Usualmente os ciclos, especialmente os de protesto, produzem narrativas com símbolos e significados novos à questão em tela. As práticas e os discursos de um ciclo criam enquadramentos de significados, apoiados em conjuntos de valores, visões de mundo e ideologias específicas (vide Tilly et al. 2001). Em cada ciclo analisado neste artigo, destacam-se os termos do debate predominante entre os analistas, as teorias, e os paradigmas teóricos que alicerçam essas teorias, naquele período histórico. Um ciclo abrange também as análises sobre as categorias básicas nomeadas para construir as abordagens teóricas. Há, portanto, uma historicidade no uso das categorias em um dado ciclo.

Primeiro ciclo-década de 1970. Resistência contra regime militar e as teorias que influenciaram a produção acadêmica brasileira sobre a participação em movimentos sociais

No Brasil, a partir da década de 1970 inicia-se um novo ciclo de lutas sociais, de resistência ao regime militar, numa conjuntura de forte controle social, vigência do Ato Institucional no 5, prisão e perseguição a todos que se opunham contra o regime político a partir de 1964. Esta resistência se intensifica na segunda metade da década de 70 buscando brechas para a restauração da democracia. Movimentos pela Anistia a exilados e presos políticos, movimentos advindos das Comunidades Eclesiais de Base, movimentos do novo sindicalismo do ABCD paulista e outras regiões, movimentos populares de mulheres em bairros da periferia por creches, ou de moradores por transportes coletivos, ou por postos de saúde, tudo isso criou o contexto de um novo ciclo de lutas na sociedade brasileira, o primeiro mapeado neste artigo.

Neste ciclo emerge outra categoria de participação, completamente oposta da que foi estimulada por políticas públicas na década de 1960, no campo do associativismo civil, que foi a participação popular, em bairros e regiões da periferia das grandes cidades, em busca de condições mínimas de sobrevivência no meio urbano, de luta por direitos sociais básicos, em uma conjuntura política totalmente desfavorável. Os grupos inseridos nessa forma se aliam a outros grupos, de intelectuais e de oposição política ao regime militar, para lutarem pela redemocratização do país. Essa forma é fundamentalmente distinta da forma anterior da década de 1960, a da participação comunitária estimulada, por não estar mais vinculada ao processo de integração marginal ao desenvolvimento capitalista e sim à reivindicação de direitos sociais básicos, que resultaram, após 1984, no processo constituinte que levou, após 1988, a reformulação do estado e formulação e implementação de políticas públicas. É importante registrar também que o associativismo civil emergente na década de 1970, encontrado em novas associações comunitárias de bairros, comunidades de base eclesial, grupos de oposição sindical etc. já continha diferentes formas e visões de mundo do processo de mudança e transformação social. Dentre essas visões já existia o grupo dos 'autonomistas', a exemplo da *Revista Desvios*, do início dos anos de 1980, que ressurge com outras bases a partir da década de 2010, como veremos adiante, no 5º ciclo.

A produção brasileira sobre o tema da participação social no primeiro ciclo apresenta quatro destaques: primeiro -estudos empíricos sobre movimentos populares, especialmente de bairros periféricos, analisados a partir das falas dos agentes. A pesquisa participante, ou militante, e os estudos de caso foram a opção metodológica

predominante. Segundo- teses na academia, fruto da expansão do ensino superior na época e das reestruturações no sistema de Pós-Graduação no país, especialmente nas universidades públicas e algumas confessionais.

O terceiro ponto a destacar é o predomínio da abordagem teórica decorrente de leituras renovadas das teorias marxistas, especialmente advindas de abordagens gramscianas; os estudos desenvolveram análises estruturais destacando o papel dos conflitos e contradições urbanas, ditas como secundárias no desenvolvimento urbano do país, a exemplo da produção de Castells (1974) e Borja (1975) nos anos de 1970. Eric Hobsbawm (1970) também foi fonte de inspiração, nos marcos da teoria marxista não ortodoxa, especialmente devido ao destaque que o autor dá a área da cultura possibilitando captar o dia-a-dia, o cotidiano popular. Na mesma linha do marxismo, Thompson (1981 e 1984) passa a ser um autor referencial básico pelo destaque que esse autor dá a categoria da experiência e sua importância na construção de estratégias de resistência e lutas no cotidiano. O quarto ponto deste ciclo foi a predominância de estudos sobre os movimentos populares urbanos, especialmente advindos de áreas periféricas ou enclaves de favelas nas cidades grandes (vide Moises 1978; Gohn 1982 e 1985; Doimo 1984, e outros). Embora também se registrem, no período, alguns estudos sobre outros movimentos identitários, de afrodescendentes, mulheres etc. Estes últimos irão predominar nas décadas de 1980-1990, em relação ao número de estudos sobre os movimentos populares. As categorias povo, classes populares, periferia urbana, contradições urbanas e outras pautaram os debates e artigos foram escritos para diferenciar classes populares de classe operária. As pesquisas focalizavam as reivindicações advindas do local de moradia, num contexto de expansão desordenada das cidades, loteamentos clandestinos na periferia, falta de transporte, creches para crianças etc. E o país estava vive a transição do auge um período que alguns analistas e a mídia denominavam como 'milagre brasileiro' (1974) quando houve o crescimento das camadas médias, expansão do ensino superior, ampliação do mercado de trabalho etc., com a crise deste 'milagre', quando fortalecem pontos de resistência e o surgimento de movimentos de renovação sindical no ABCD paulista, movimentos nos bairros, lutas pela anistia a presos e deportados, atuação de instituições acadêmicas como a SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e instituições da sociedade civil como a OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, na luta pela redemocratização do país; reordenação político partidária com a criação do Partido dos Trabalhadores etc. O debate dos intelectuais sobre os sindicatos no Brasil, suas origens, papel no regime militar e transformações em curso se impôs (Vianna 1978).

A influência do paradigma marxista na incipiente produção brasileira sobre os recém criados movimentos na época explica-se, pois, em parte, pelo contexto po-

lítico do país: com o regime militar, intelectuais e setores sociais mais engajados se unem e buscam alternativas para a volta da democracia, alguns sindicatos se reestruturam, e surgem movimentos sociais ao redor de pastorais, ou de apoio as greves operárias etc. Eder Sader (1988), é considerado como o autor que melhor interpretou este período.¹ Os movimentos sociais populares são analisados por Sader segundo um fio condutor original, em termos de interpretação sociológica no Brasil da época -a de que estes movimentos criaram um novo sujeito social e histórico, coletivo, a partir da prática política e social. Seguindo a trilha de Thompson (1981 e 1984), as ações coletivas dos movimentos são apreendidas segundo a ressignificação e as reconfigurações dos atores coletivos, focalizando-se sua trajetória, articulações e as matrizes discursivas. Essas dimensões são faces das condições de vida experimentadas/vivenciadas pelas classes populares na metrópole. Estes processos não são vistos como simples reprodução de determinações de estruturas capitalistas já dadas, mas como construção de estratégias de resistência, dadas pelos padrões e espaços comunitários construídos, pela formulação de novas noções de direito e justiça social. Sader (1988) apresenta-nos nova forma de ver a política, via a politização do cotidiano, a construção de identidades coletivas e as possibilidades de construção da democracia que estes processos abriram.

Segundo ciclo: transição para a redemocratização até a Constituição de 1988

O segundo ciclo de movimentos no Brasil, tanto do ponto de vista das práticas efetivas, como da produção acadêmica, ocorre a partir de 1980 no período de transição para a democracia, no início da década de 1980, com as alterações na conjuntura política e o retorno de eleições para governos estaduais. Ocorre o surgimento de inúmeros movimentos de gênero, de afrodescendentes, centrais de sindicatos e movimentos sociais, movimentos no campo etc. a exemplo da construção da ANAM-POS (Associação Nacional Movimentos Populares), CONAM (Central Nacional de Movimentos Populares), CUT (Central Única dos Trabalhadores), a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a luta pelas Diretas Já em 1984, a fase da Constituinte de 1985-1988 etc.

1 Quando *Novos Personagens entraram em Cena* é a principal obra de Eder Sader, resultado de sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo/SP, e publicado no mesmo ano de sua morte, foi escrito de forma coloquial e, ao mesmo tempo, com grande rigor teórico-metodológico. A pesquisa de campo selecionou um período crucial na história brasileira do século XX, a década de 1970, período de luta e resistência contra o regime militar, focalizando a cidade de São Paulo e arredores, onde 'novos personagens entraram em cena' na luta pela redemocratização do país.

Os ciclos da década de 1970 e início de 1980 têm em comum a visão da luta por direitos básicos, com eixo focado na questão da igualdade-ou recuperação dos direitos sequestrados, pela via do fortalecimento da sociedade civil; pela via da construção /reconstrução da cidadania, recuperando a democracia. Por isso a luta pelas 'Diretas Já' foi importante e simbólica. Destaca-se também a contribuição para a compreensão dos estudos sobre a conjuntura político, social e econômica da época, de intelectuais que participaram da resistência ao regime militar então vigente; alguns deles saíram do país após AI5 de 1968, retornaram com a Anistia em 1977, e passaram a atuar em centros de pesquisa. Para ficarmos só em São Paulo, citam-se o CEBRAP /SP ou o CEDEC/SP. Eles contribuíram significativamente para a construção dos estudos sobre a participação social no Brasil, a exemplo da produção de Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso (1972); Ruth Cardoso (1985); Francisco de Oliveira (1972); Ianni (1975); Rodrigues (1966, 1968, 1974); José de Souza Martins (1973); Kowarick (1975); Wefford (1978), entre outros. Estes estudos foram 'retaguardas' importantes para as análises sobre os movimentos sociais populares.

Os movimentos sociais, com suas inúmeras frentes e demandas, eram também movimentos de lutas civis. O paradigma de orientação das práticas vigentes nos chamados "trabalhos de base", de atuação direta de educadores sociais com a população, nos movimentos populares, especialmente nas periferias das grandes cidades, nos anos 70/80, estruturavam-se segundo os fundamentos da Educação Popular Freiriana (vide Wanderley 1986).

O segundo ciclo trouxe, inicialmente, um outro eixo paradigmático de apoio às abordagens teóricas sobre os movimentos sociais no Brasil- o eixo culturalista identitário. Ele pode ser observado nos estudos que ficaram nominados como teorias dos 'Novos Movimentos Sociais', focados no eixo das identidades, com a utilização de abordagens desenvolvidas por Melucci (1980, 1989, 1996); Touraine (1965, 1973, 1984, 1997); Offe (1985, 1988a e 1988b); Habermas (1981a e 1981b), e autores que debateram sobre ela, aperfeiçoando-a, tais como: Cohen (1985); Arato e Cohen (1992); Eder (1992); Della Porta (2005); Snow et al. (2004) e outros. A identidade, a cultura e o papel dos atores da sociedade civil eram destacados, no debate sobre os processos de mudança e transformação social. Importante destacar que na Europa e nos Estados Unidos a abordagem das culturas identitárias foi construída a partir de intensa movimentação pelos direitos civis nos USA a partir dos anos de 1950; pelos movimentos dos estudantes, em 1968, em várias partes do globo; pelos ambientalistas, especialmente na Alemanha; e pelo movimento das mulheres, nos USA e Europa. Por isso essa abordagem tinha especificidades locais. Na década de 1980 vários teóricos dialogaram com as abordagens mais estruturalis-

tas, de forma a demarcar as diferenças no campo de estudos entre estrutura e ação, a exemplo de Cohen citado acima.

Inicialmente a abordagem das identidades foi transportada ao Brasil sem muita mediação e debate, em momento de crise do autoritarismo militar que predominava e lutas pela redemocratização e pelas Diretas Já (1984). Mas, vagorosamente, a abordagem das identidades (atribuídas ou adquiridas), passou a destacar aspectos da cultura advindos de diferentes tipos de pertencimentos, tais como: a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses etc. Os vínculos criados e as ações desenvolvidas vistos como frutos de processos de reflexividade – os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo. A ação dos sujeitos é relevante. Segundo James Jasper (2016), os significados expressam-se de várias formas: máximas e provérbios, piadas, hinos, slogans, enquadramentos, identidades coletivas, personagens, narrativas, fatos, regras e leis, ideologias; assim como formas artísticas (visuais, grafites, música, performances do corpo humano etc.).

No Brasil, movimentos sociais dos sem – terra e dos sem-teto/moradia (vide Gohn 1991 y 2013b; Doimo 1995, etc.), de povos indígenas, quilombolas, moradores de áreas de barragens, além das ONGs, a economia solidária, etc. predominaram nos estudos no campo analítico apoiado nas correntes teóricas dos novos movimentos sociais identitários. Os estudos sobre os movimentos populares urbanos continuaram na década de 80 que foi caracterizada posteriormente como era ‘movimentalista’ (vide Sader 1988; Kowarick 1987; Doimo 1995). A ampliação dos atores em cena, e os novos referenciais teóricos levaram, no início da década, ao brilhante texto de Machado da Silva e Torres Ribeiro (1985) quando indagavam: “Por onde andam nossas ideias?” Na realidade iniciava-se uma transição da hegemonia de abordagens focadas prioritariamente em correntes estruturalistas, para as correntes teóricas identitárias, acima assinaladas. O surgimento ou o crescimento dos movimentos de gênero, etnias, etários, etc. foram acompanhados e analisados por matrizes teóricas que não tinham as teorias marxistas focadas nas questões de classe, ou foco na luta dos trabalhadores porque aqueles movimentos estavam se construindo por outros pertencimentos e não os dados pelas classes sociais. Os sindicatos eram atores relevantes no período, mas muitos estavam ainda em construção, em disputa de espaços entre eles e pouco ou nada articulados com os movimentos identitários que estavam surgindo. Nas associações de pesquisas como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais- ANPOCs, a temática dos sindicatos estava sempre separada dos grupos de trabalho dos movimentos sociais. Destaque-se, entretanto, a significativa produção sobre o movimento dos trabalhadores, urbanos e rurais, e os sindicatos nes-

te ciclo, a exemplo de Rodrigues (1990 e 1999), Vianna (1983), Antunes (1995), Martins (1986) e outros que ampliaram as portas para o estudo dos movimentos dos trabalhadores, sindicatos e movimentos rurais.

3º Ciclo, 1988: a construção de instrumentos participativos institucionalizados

O terceiro ciclo participativo e de protestos ocorre após a aprovação da nova Constituição, em 1988, quando o foco de muitas investigações se desloca do movimento dos atores da sociedade civil para a atuação de múltiplos atores nas políticas públicas, e para a construção de novos canais de participação institucionalizados, previstos na nova Constituição. A Carta de 1988 introduziu inovação já nos seus Princípios Fundamentais ao dizer que “todo poder emana do povo” e criou três figuras jurídicas importantes no campo da participação e do associativismo civil, a saber: o referendun, o plebiscito e a iniciativa popular. A conjuntura política brasileira oferece-nos, portanto, elementos para entendermos a preocupação e a adesão dos pesquisadores às abordagens que tratavam de questões do estado, governo e políticas públicas pois na conjuntura política pós 1988 a questão da representatividade dos cidadãos se impunha na estruturação e ocupação dos novos espaços na esfera pública estatal. Até então, os movimentos e organizações sociais mais representativos estavam organizados no seio da própria sociedade civil e isso agora não mais bastava. Era preciso ter representantes das demandas da sociedade nos novos canais de participação criados, não campo da gestão pública e não apenas ter representantes no campo do poder legislativo: Câmaras (municipal, estadual e federal), no Senado e na esfera do Poder Executivo (Vianna 1989). A nova conjuntura política coloca o tema das redes em pauta aos pesquisadores sobre os movimentos e organizações porque eles tinham de se articular para ter protagonismo não apenas local, mas também regional e nacional. Assim o conceito de redes de movimentos sociais ganha destaque (vide Scherer-Warren 1993); assim como os movimentos na área da educação, pouco estudados até então, dado que a Constituição de 1988 levou ao processo de debates para a criação de uma nova Lei Nacional da Educação-LDB, promulgada em 1996 (Gohn 1982 e 2017c).

Neste contexto, no terceiro ciclo um novo eixo paradigmático de suporte teórico às pesquisas sobre os movimentos e ações coletivas cresce e se fortalece pós 1988: o das abordagens das teorias ‘institucionalistas’, ou Teoria da Mobilização Política (TMP). Até então essa abordagem era pouco utilizada, destacando-se estudos de Boschi (1987) e Cardoso (1985). A TMP foi desenvolvida por McAdam

(1982); Tilly (1978, 1993, 1994, 2004, 2006, 2007); Tarrow (1994 y 2005) e outros. As teorias TMP focalizam processos de mobilização e de institucionalização das ações coletivas. Os vínculos e redes de sociabilidade são importantes para observar o desempenho das pessoas em instituições, organizações, espaços segregados, associações etc. Visando analisar como elas se mobilizam, que recursos utilizam, que oportunidades política e institucionais aproveitam ou desenvolvem, que repertórios constroem de demandas e como confrontam-se com os diferentes agentes da cena pública, especialmente com os poderes públicos. Observa-se neste bloco analítico o destaque para Charles Tilly que juntamente com McAdam e Tarrow, reformularam a TMP a partir dos anos de 1990 que passou a denominar-se teoria do '*contentious politics*', Teoria do Confronto Político (TCP). Esta abordagem só se difundiu mais amplamente na América Latina a partir da década de 1990, especialmente na Argentina e no Brasil onde passou a ser utilizada para análise das relações dos movimentos com o estado, participando em políticas públicas, via estruturas institucionais como os conselhos, câmaras ou outros na esfera pública. Na década de 1990 destacam-se no Brasil, apoiando-se na corrente dos institucionalistas, os trabalhos de Avritzer (1994), Benevides (1992), Dagnino (1994), Moisés (1990), Cardoso (1994), Sonia Álvarez e Arturo Escobar (1992), e outros. Na primeira década de 2000 essa abordagem teve hegemonia no Brasil sobre as outras citadas acima porque o destaque no debate, tanto acadêmico como político do país, estava focado na questão da participação institucionalizada, a ser tratada adiante.

Os estudos apoiados nas correntes marxistas mais ortodoxas decrescem na produção brasileira sobre os movimentos sociais após 1990, ficando mais localizados nos estudos sobre sindicatos de trabalhadores, urbanos e rural, e entre alguns analistas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra próprio MST- criado nos anos de 1980 e que cresceu na cena pública a partir dos anos 90 (Caldart 1997). Ao longo dos anos de 1990 debateu-se muito nos congressos acadêmicos das áreas das ciências sociais e da educação se os movimentos populares urbanos estavam ou não em crise. As abordagens focadas nas culturas identitárias e nas análises de Thompson seguiram nos anos de 1990 com os trabalhos de Sader (1988); Doimo (1995); Gohn (1990, 1991, 1985 e 1997); Scherer-Warren (1993); Krischke (1995) e outros. Ao final dos anos 90 as ONGs crescem e ganham os holofotes das ações coletivas civis, estimuladas por leis, como a chamada Lei do Voluntariado de 1999.

Em síntese, observa-se no conjunto do terceiro ciclo uma ampliação de abordagens, além das europeias culturalistas que analisaram os movimentos feministas, ambientalistas, pacifistas etc. desde a década de 1960, a abordagens institucionalistas norte-americanas que focalizaram os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos desde a década de 1950. Resulta que, neste cenário, as posturas metodo-

lógicas de análise dos movimentos sociais no Brasil foram híbridas e originárias de realidades históricas bem diversas da nacional. Os sujeitos das ações coletivas e suas histórias eram muito diferentes, portanto, os contextos políticos também diversos. O ponto em comum nas abordagens era a ênfase no tema da participação, direitos e cidadania e com isso, por meio das pesquisas empíricas, a realidade brasileira foi bem diagnosticada.

Transformações no novo século, o quarto ciclo

Ao final dos anos 90, o movimento antiglobalização entra na pauta dos movimentos internacionais e na década de 2010 muda o foco dos sujeitos relevantes nas ações coletivas, como veremos abaixo (Della Porta 2005 e 2007; Gohn 2013a e 2014b). No Brasil o reflexo será sentido nas edições do Fórum Social Mundial. Portanto, o quarto ciclo tem como marca uma forte articulação dos movimentos sociais no plano internacional. Movimentos de luta pela terra criam redes como a Via Campesina. Movimentos pela moradia relacionam-se com Fóruns Internacionais do Habitat etc.

Na primeira década do novo século, com a ascensão de grupos da oposição, ao poder político da nação, o do Partido dos Trabalhadores, em diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), deslocou -se a ênfase dos debates sobre a participação popular dos agentes da sociedade civil (movimentos, ONGs, coletivos, associações e outros), para a temática da participação social em esferas institucionais públicas. Registre-se ainda que vários militantes de movimentos e associações entraram na estrutura estatal, como representantes nos conselhos, fóruns, ouvidorias etc. ou mesmo como funcionários ou assessores contratados. O “ativismo institucional” (Abers 2016; Cayres 2017) resultante passou a buscar referenciais teóricos nas abordagens que lançavam olhares para as instituições e estruturas de poder. Como foi enunciado acima, a Teoria do Confronto Político de Tilly, MacAdam, Sidney Tarrow passou a ser a grande referência dos analistas sobre a participação social em estruturas institucionalizadas.

O associativismo civil advindo da participação de representantes da população em estruturas institucionalizadas estatais, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais tem sido tratado na produção brasileira mais sob o foco das análises das ações coletivas e teorias da participação e menos como movimentos sociais. Este associativismo civil com apoio institucional nas diferentes conferências temáticas (mulheres, juventude, afrodescendentes, ou áreas temáticas como educação, alimentação etc.) produziu uma literatura relativamente vasta e recente no

Brasil, tratando do tema da participação social em esferas institucionais. Registro algumas publicações relevantes que podem contribuir aos leitores deste artigo, a exemplo de Carlos Milani (2008); Euzenía Carlos et al. (2017); Almeida et al. (2015); Gohn (2019, 2018b, 2016, 1990) e Adrian Laval et al. (2019). Entretanto, nos anos de 2000 não se teve a participação apenas nas instâncias institucionalizadas. Os movimentos clássicos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os sindicatos etc. continuaram com ações, mais pela via de negociações do que a dos protestos nas ruas; os novos movimentos sociais, das mulheres, afro, índios etc. também continuaram e tiveram avanços significativos em leis, tais como Lei Maria da Penha, demarcação de terras de ancestrais etc. No movimento pela moradia teve-se também várias conquistas, como o Estatuto da Cidade. No movimento dos estudantes passa a ocorrer renovações e criam-se grupos novos, que pautaram causas da educação de forma renovada, como as tarifas do transporte retomando utopias, como o Movimento Passe Livre (MPL), surgido em 2003, protagonizando as revoltas da catraca, ganhando perfil mais conhecido no FSM de 2005 em Porto Alegre. Como se sabe, o MPL terá papel decisivo em 2013. No quarto ciclo ocorreram ocupações em universidades públicas em ações diferenciadas das usuais greves de estudantes, funcionários ou docentes.

Portanto as mudanças não foram apenas na forma de produzir o conhecimento. As mudanças básicas vieram de transformações da própria realidade sociopolítica, que passaram a exigir leituras teóricas renovadas, novos aportes foram mobilizados ou ressignificados. Ocorre, pois, uma repolitização dos movimentos sociais a partir do final da década de 2000 sob outras óticas de análise aliada a uma descrença da sociedade na política e nos políticos dado as práticas de corrupção existentes. Mas esta renovação não implicou ruptura ou negação do passado, ao contrário. Aliou-se renovações e teorias do passado, revisitadas ou renovadas para a análise dos movimentos sociais. De um lado, os neomarxistas em análises que apontam os efeitos destrutivos da globalização econômica sobre o mercado de trabalho, a desestruturação das carreiras, a desemprego etc. que dão base para movimentos de protestos, num contexto de sindicatos enfraquecidos, a exemplo de Linera (2009); Harvey (2011); Žižek (2012); e outros. De outro, o socialismo libertário, as feministas no leque dos 'novos movimentos', destacando-se, entre outras, Butler (1993), nos estudos sobre gênero; e o humanismo holístico de Hessel (2011), em certos segmentos dos povos indígenas da realidade latino-americana como a teoria do 'bien vivir'. A abordagem da descolonização de Quijano (2005); Tapia (2009); Svampa (2008) e outros, antes restrita aos países latino-americanos de língua espanhola, ganha destaque no Brasil, na primeira década do século XXI. Ela influenciará decisivamente debate Sul-Sul, já

no novo século. Nele se discute a colonialidade na produção do saber afirmando-se que as teorias elaboradas no hemisfério Norte, composto de maioria branca e de países desenvolvidos, têm predominado nas análises das ciências sociais e outras áreas do conhecimento, influenciando as análises e as políticas públicas.

5º Ciclo: a década de 2010 e as pesquisas sobre os movimentos sociais a partir de 2013

1º momento: junho de 2013- o ponto de inflexão

Após a crise do capitalismo global de 2008, movimentos e protestos dos ‘indignados’ ganham destaque em vários países, a população retoma às ruas como espaço de protestos logo no início da nova década. Surgem revoltas na Grécia, Espanha, Portugal; a Primavera Árabe atinge o Oriente Médio, na Tunísia, Egito, Turquia etc. e o movimento Occupy dos USA se espalha para várias partes do globo (vide Ali 2012; Della Porta e Diani 2015; Pleyers e Bringel 2017). Entre os indignados destacam-se o ativismo dos jovens e o uso das novas tecnologias. O perfil predominante dos participantes alterou-se de militante para um ativista. O militante tem filiações e compromissos coletivos com grupos, movimentos, partidos etc. O ativista não, atua em função de causas, muitas vezes de forma individual, não tem pertencimentos fixos, atua mais em coletivos do que em movimentos já consolidados. Estabelece relações horizontais e critica as hierarquias e as relações verticalizadas. As Marchas ou Manifestações nas ruas tornaram-se modelos básicos de protesto.

Assim, na virada da primeira década do novo século, um novo sujeito político ganha destaque: os indignados, e uma nova forma de organização passa a predominar na cena do associativismo: os coletivos. No Brasil, a presença destas ‘novidades’ se faz com força em junho de 2013, com manifestações em todo o Brasil, em movimentos de protestos contra políticas sociais vigentes nas áreas dos transportes, educação, saúde prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos. Com os indignados, novíssimos atores entram em cena, especialmente jovens participantes de coletivos organizados on line, tais como o MPL, Movimento Passe Livre, ou coletivos de estudantes secundaristas, além dos ativistas de causas transnacionais que até então não tinham quase visibilidade, como o Black Blocs (Depius-Déri 2014; Solano et al. 2014 e Solano 2018). Novas orientações no campo teórico são incorporadas. Novos sujeitos entram no campo da pesquisa- grandes institutos de pesquisa de opinião pública, a exemplo do IBOPE, DATAFOLHA, assim como organizam-se grupos de pesquisa na universidade e em centros de pes-

quisa para analisar as manifestações nas ruas após 2013. Existe um acervo razoável de estudos sobre 2013 entre eles, Alonso (2017); Domingues e Bringel (2013); Ortellado (2013); Gohn (2015, 2017a e 2019); Singer (2013).

Os novíssimos sujeitos que entram em cena nas ruas e avenidas, a partir de junho de 2013, no caso brasileiro, representam uma nova onda de movimentos e coletivos sociais, diferente dos novos movimentos identitários organizados desde a década de 1980. Novos aportes teóricos entram em cena, especialmente as teorias do autonomismo ou socialismo libertário- que já estavam presentes na história das lutas sociais no Brasil desde o início do século XX, em associações anarquistas- e foi denominada como anarco-sindicalismo, num período que nem existiam sindicatos formais. Na década de 1960, os protestos dos autonomistas foram denominados como ‘contracultura’ e minimizados. Na década de 1980, quando ocorreu o ciclo movimentalista dos ‘novos movimentos sociais’, tratados acima, (subdivididos no campo popular -os movimentos de bairros urbanos, com demandas locais, e no campo dos movimentos por identidades (sexo, raça, etnia etc.), o tema da autonomia também esteve presente. Mas tratava-se de autonomia em relação aos partidos (tanto os que dominavam o *status quo* como os partidos de esquerda (então tidos como clandestinos) e autonomia em relação ao Estado de plantão- o governo militar vigente. Por isso alguns analistas denominaram “De costas para o Estado” (Evers 1982). Essa ‘estratégia’ da autonomia não tem nada a ver com a matriz do autonomismo que atualmente tem forte presença entre inúmeros movimentos e coletivos sociais, advindas do anarquismo, socialismo utópico ou individualismo do século XIX e início de XX a exemplo de Proudhon (1981), Kropotkin (1979) e Nietzsche (1975). Na realidade, as matrizes discursivas dos autonomistas podem ser localizadas desde o século XVI em Desiderius Erasmo de Rotterdam (2002), Henry D. Thoreau (1975), Etienne de La Boétie (2006) [1977], assim como em Jean J. Rousseau (1968) e nos socialistas utópicos, Saint-Simon (1976) e Fourier e Owen (1977). Há os libertários e autonomistas de maio de 68 como Castoriadis (1975) e Castoriadis e Cohn-Bendit (1981), a Internacional Situacionista, de Debord (1995) e Marcuse (1967). Ou ainda o pensamento de Foucault (1981); Negri e Hardt (2005); Chomsky (2012) e outros que dão subsídios para entender os autonomistas da atualidade e seus anseios de liberdade.

Portanto, neste novo século, os autonomistas ganharam foco e centralidade nas lutas sociais. Apesar de sua heterogeneidade, em termos de tendências e correntes internas, observa-se que são muito atuantes, na prática e na produção teórica (vide Day 2005; Di Cintio (2010), Augusto et al. 2016 e outros). Eles estiveram presentes nas manifestações de estudantes no Chile, em 2011, e no Brasil, em junho de

2013 e nas ocupações dos estudantes secundaristas em 2015-2016. Em todos estes casos as teorias ‘autonomistas’ tiveram grande vigor.

O 5º ciclo de protestos apresenta também, em termos históricos, uma novidade: a retomada da luta dos estudantes secundaristas. Entre 2015 a 2017 teve-se movimentos das estudantes em várias partes do Brasil, especialmente contra as reformas estaduais na rede pública, reforma no ensino médio, contra as ETECs paulistas (Escolas de Ensino Técnico), contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra retirada de conteúdos sobre questão de gênero no curriculum escolar, contra a PEC 241 (PEC 55 Senado) etc. (vide Cattani 2017; Silva 2016; Gohn 2017a e 2019; Januário et al. 2019).

A questão relacional nas redes e mídias sociais demarcou novos rumos e abordagens 5º ciclo de protestos e na temática da participação social e política dos indivíduos tendo em vista seu potencial de alavancar as relações entre grupos e indivíduos. Ela tem bases no interacionismo simbólico desenvolvido desde as décadas de 1920-1930. Mas ela transformou completamente o foco nas relações diretas, face a face, dado pelos interacionistas, para o foco nas relações virtuais, *On Line*, das redes e mídias sociais. Embora já em 1932 Jacob Levy Moreno (2008) definia que uma rede social pode apresentar um conjunto de vínculos entre os atores, será no final do século XX que a questão das redes politiza-se, adentra o espaço da política e potencializa força social e política na esfera pública para muito além das teias de relações comunitárias e de solidariedade que falava Moreno, embora o fator agregador dos indivíduos nas redes continua sendo a base de valores morais compartilhados. Bruno Latour diz que o “social [*das redes*] normalmente constituído é agrupado com participantes já aceitos, chamados de atores sociais, membros de uma mesma sociedade” (Latour 2012, 352). As micro relações ganharam plano de destaque na formação das opiniões, na estruturação das ações coletivas na esfera privada e na esfera pública. Manuel Castells (2013 e 2018) ressurge no 5º ciclo como teórico fundamental no estudo das manifestações, com enfoque diferente dos anos de 1970, agora focado no estudo das redes sociais, e da Internet, que ele desenvolve desde o final dos anos 90 (Castells 1999). Atualmente ele destaca as teorias cognitivas das emoções que movem as pessoas a se indignarem.

Cumprir destacar uma abordagem presente desde o primeiro ciclo tratado neste artigo, mas que ganha força e proeminência no 5º ciclo. Trata-se da abordagem, de gênero, a partir de grupo de mulheres, também denominada de ‘feministas’. Sabe-se que esta abordagem teve antecedentes desde o século XIX, mas foi a partir da década de 1960 que construiu um arcabouço teórico-conceitual. Ela passou por várias etapas e teve várias ênfases- desde a libertação das convenções sociais e a moral dos anos 60 (Saffioti 1976 e 2003), a luta contra discriminação das mulheres no mercado de trabalho (Souza-Lobo 1991), o papel da mulher na sociedade (Scott 1989

e Tilly 1994) e no campo da educação (Louro 1997); a questão de gênero (Castro 1992; Costa e Bruschini 1992) a mulher na política (Perrot 1998; Young 1996 e 1997; Avelar 2002; Alvarez 2004); a violência contra as mulheres (Lima 2013); às reivindicações do próprio corpo (Butler 1993), o problema do reconhecimento com ética (Fraser 2001; Honneth (2003), a questão da subjetividade (Rago 2013), a luta contra o assédio moral e sexual (Eluf 1999) etc. A participação das mulheres foi além das lutas pela identidade porque criaram se novos sujeitos políticos e históricos (Pinto 1992), que demandou identidade, novos direitos (em todos os campos). A participação das mulheres não se resumiu a entrada nas universidades, no mercado de trabalho ou no exercício de atividades até então exclusivas dos homens. Ela clamou por igualdade de gênero, não só para as mulheres, mas para todas as formas de ser humano, todas as possibilidades de ser mulher. Abriu as portas para a participação e demandas de todos os homoafetivos, lutou para quebrar barreiras de raça e cor. De todos os movimentos sociais que participaram da cena pública nos últimos cinquenta anos, o das mulheres foi um dos que mais avançou, no sentido de combate às desigualdades, talvez o que mais questionou as diferenças sociais e exigiu respeito às diferenças culturais; ainda que dados da Unesco de 2018 registrem que a igualdade de gênero não foi conquistada em nenhum país do mundo, e no Brasil, além de discriminações advindas de heranças de culturas do machismo, haja uma grande sub-representação das mulheres na política. No Brasil, com a ascensão de grupos conservadores na segunda metade da década de 2010, tem sido iniciativas das mulheres as grandes mobilizações e inovações nas pautas dos protestos nas ruas, a exemplo do protesto “#EleNão”, em setembro de 2018; 8 de março de 2019 e 2020, no Dia Internacional da Mulher, os grandes atos de protestos sobre o assassinato de ativista e vereadora Marielle Franco esse motorista, Anderson Gomes, em 2018, 2019 e 2020; e a Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília milhares de mulheres trabalhadoras em agosto de 2019. Teóricos de algumas das abordagens sobre a participação tratados acima, como Hobsbawm 1995 e Touraine 2007, reconhecem que o século XX foi o século da mulher, elas são a grande esperança de avanços nas lutas pela igualdade. Em junho de 2018, a ONU comemorou os 25 anos da Declaração de Ação de Viena, um tratado dos países-membros que estabelece os direitos das mulheres como “uma parte indivisível dos direitos humanos”.

2º momento- os conservadores em cena

O desenrolar dos acontecimentos, pós junho 2013, trouxe outros tipos de movimentos, neoliberais e conservadores, nas grandes manifestações nas ruas contra a

corrupção, pelo impeachment da presidenta, entre 2015-2016. Eles atuam como organizações ou movimentos políticos (ver Tatagiba e Galvão 2019; Almeida 2019; Gohn 2017a e 2019; Alonso 2017; Cruz et al. 2015). Os conservadores e neoliberais são novidades após 2013 porque passaram a atuar também nas ruas, criaram organizações movimentalistas que se aproximam mais de movimentos políticos do que movimentos sociais. Defendem a desregulamentação de direitos sociais conquistados e menos a presença do estado na economia. Mas, de fato, miram o acesso ao poder político estatal. Na realidade fazem parte de uma onda mais geral no capitalismo ocidental, de retorno de grupos conservadores ao poder, de desmonte de direitos e políticas sociais progressistas das últimas décadas, num momento de crise econômica, desemprego e grandes fluxos migratórios populacionais fugindo de regimes autoritários, de toda natureza. Neste cenário, em que os movimentos sociais apresentam matrizes discursivas e ideológicas variadas, e opostas, os novos grupos conservadores e neoliberais buscam teorias do passado para dar suporte à suas organizações movimentalistas, as quais se estruturaram no Brasil utilizando basicamente redes On Line. Após junho de 2013 mais de trinta grupos foram criados, destacando-se o “Vem Pra Rua”, o Movimento Brasil Livre” (MBL), e outros. As matrizes teóricas e ideológicas que dão suporte as suas ideias estão o liberalismo e a doutrina econômica de Friedrich August von Hayek e Ludwig von Mises, a defesa do império da lei de Frédéric Bastiat e citações no campo da ciência política de E. Burke e Ortega y Gasset (Gohn 2017a). No seu conjunto esses grupos defendem, muitas vezes, propostas contraditórias e por isso confundem as pessoas. Mas continuam conservadores porque são contra vários direitos sociais e culturais modernos. Apresentam-se como movimentos de ‘renovação da política’, mas são, na realidade, um retorno a movimentos nacionalistas do passado. Miram cargos públicos de poder, de Presidente da República a vereador local. Resumidamente são defensores do livre mercado, anti estatistas e neoliberais.

Conclusões

Este artigo apresenta cinco ciclos de protestos no Brasil agrupados segundo as lutas, movimentos, protestos e mobilizações; e/ou as práticas de cooperação e participação em políticas institucionalizadas que ocorreram, da década de 1970 a 2019. As abordagens teóricas que têm sido utilizadas para analisá-los foram apresentadas e correlacionadas com os tempos históricos, dentro da conjuntura social, política e econômica do país. Estes ciclos são: primeiro -na década de 1970, fase de luta contra o regime militar e busca de saídas democráticas, com o predomínio de mo-

vimentos populares urbanos e análises neomarxistas. Segundo ciclo- A década de 1980, com a reconstituição do processo democrático, lutas pela Diretas Já, processo constituinte e crescimento de novos movimentos sociais (de gênero, raça etc.) e predominância das análises segundo teorias culturalistas, identitárias. O terceiro, após a Constituição de 1988, caracterizou-se pela criação de instituições participativas ao longo das décadas de 1990, e o acirramento das lutas de movimentos sociais rurais. As teorias institucionalistas ganham força neste ciclo por focalizarem políticas institucionais de participação social desviando o foco da sociedade civil para as arenas do estado. O quarto ciclo, na década de 2000, continuou com o desenvolvimento de políticas de participação institucional e desenvolvimento das teorias institucionalistas, mas ocorre também o surgimento de novíssimos movimentos sociais, quer no plano internacional do altermundialismo (a exemplo do Fórum Social Mundial), quer no plano nacional, dos autonomistas (com a criação do MPL-Movimento Passe Livre, por exemplo). O quinto ciclo, ocorre na década de 2010, com movimentos de indignados no plano internacional e a eclosão de um ponto de ruptura no plano nacional, em junho de 2013, com a volta de grandes manifestações nas ruas coordenadas por atores que até então não tinham visibilidade na cena pública, ou não estavam inseridos nas políticas públicas de participação e inclusão, voltadas para alguns setores dos movimentos organizados. Neste ciclo surge (ressurge) movimentos conservadores que mobilizam grandes massas em manifestações nas ruas. Neste último ciclo há que se destacar o papel das diferentes mídias na construção e desenrolar dos protestos.

Após 2013, com a crise econômica, protestos e manifestações nas ruas, o tensionamento do processo democrático aumenta, levando a crise de representatividade das instituições participativas, descrença na política e emergência de outro tipo de novíssimos movimentos sociais, com espectros ideológicos distintos. São os conservadores, nacionalistas exacerbados ou neoliberais modernos. Os autonomistas crescem junto a grupos de jovens ao longo da década, mas entram e saem de cena continuamente. Em 2015 passam a atuar junto ao movimento de ocupação das escolas públicas do ensino básico, especialmente o ensino médio, os secundaristas. As organizações e iniciativas das mulheres nas mobilizações e inovações nas pautas dos protestos nas ruas se destacam. A conjuntura global influencia também as lutas locais e o movimento antiglobalização, juntamente com o movimento anticorrupção, inscrevem-se no cenário cotidiano da sociedade civil, que volta a ter importância no jogo político, como ocorreu na década de 1980. Mas as eleições presidenciais de 2018 demarcam a volta do conservadorismo e a retirada de direitos sociais.

O artigo registra que há saldos positivos dos ciclos anteriores quanto a participação em instâncias institucionalizadas tais como: a constituição de redes de direitos e

políticas públicas voltadas para atores centrais de determinados movimentos sociais, como os de gênero, especialmente o das mulheres, e o dos afrodescendentes. Foram conquistas que permanecem como núcleos de resistência às propostas de desregulamentação de direitos sociais adquiridos.

Do ponto de vista das abordagens teóricas utilizadas nos cinco ciclos analisados neste artigo, segundo tempos e ciclos históricos, levou-nos as seguintes conclusões: em épocas de regime político fechado, as teorias críticas advindas do campo marxista tiveram campo maior de desenvolvimento, a exemplo da década de 1970. Em períodos de recrudescimento da luta pela redemocratização, especialmente entre 1982-1988, as teorias culturalistas identitárias proliferam mais rapidamente. Após 1988, com a nova Constituição, as teorias ‘institucionalistas’ dominaram a cena. Em períodos de crise econômica, tensionamento de instituições da democracia, e denúncias de corrupção, como tem ocorrido a partir de 2013 no Brasil, teorias libertárias ou autonomistas tem campo maior de desenvolvimento, assim como ressurgem novas versões de teorias conservadoras, nacionalistas.

Dois grandes desafios se colocam para o futuro imediato aos pesquisadores das ciências sociais sobre os protestos no Brasil: primeiro: investigar como as pautas de movimentos, e coletivos, com destaque para o das mulheres, organizam e constroem os protestos e como eles tem se alterado ao longo deste período de tensionamento da democracia e surgimento de novos grupos e organizações conservadoras. Segundo: construir categorias teóricas para pensar as especificidades da realidade brasileira, categorias que reflitam seu movimento real e suas diferenças em relação as teorias que têm sido suporte na maioria das análises, advindas das Teorias da Ação Coletiva do século XX, desenvolvida especialmente nos Estados Unidos e na Europa (ver Gohn 2017b e 2014a). Teorias que captem os significados dos movimentos, lutas e ações coletivas no contexto de países que passaram por colonização, escravidão de povos indígenas e a escravidão de africanos. As categorias ‘*contentious politic’s*’, ou suas estruturas de apoio como, frames, repertórios; ou categorias mais culturalistas como identidade, pertencimento, diversidade, diferença social; ou ainda as categorias marxistas de luta, igualdade, conflitos, contradições etc. além das novas categorias dos indignados, ativistas da cibercultura, ativismo institucional, ativismo feminista, feminismo negro e outras de conteúdo moral ou simbólico, precisam ser confrontadas com as especificidades da realidade local. As categorias de cultura lastreadas nos aspectos identitários têm de incorporar também os aspectos políticos, a cultura política que os movimentos geram na sociedade. Eles são também, fontes de saberes e aprendizados. Este desafio é coletivo e não tarefa de um só pesquisador.

Bibliografia

- Abers, Rebeca. 2016. “Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura”. Em *Textos para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Ali, Tariq, V. Safatle, G. Alves, M. Davis, D. Harvey, E. Sader, A. Peschanski, S. Žižek, E. Teles y E. Wallerstein. 2012. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.
- Almeida, Carla, Domitila Costa Cayres y Luciana Tatagiba. 2015. “Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (94): 255-294.
- Almeida, R. 2019. “Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos* 38 (1): 185-213. São Paulo: CEBRAP.
- Alonso, Angela. 2017. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos. No especial: Dinâmicas da crise*: 49-58. São Paulo: CEBRAP.
- Álvarez, Sonia e Arturo Escobar. 1992. “Theoretical and political horizons of change in contemporary Latin American movements”. *The Making of Social Movements in Latin America*. São Francisco: Westview Press.
- Antunes, Ricardo. 1995. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Arato, Andrew y Jean Cohen. 1992. *Civil society and political theory*. Cambridge: The MIT Press.
- Augusto, Acácio, Pablo Ornelas Rosa e Paulo da Rocha Edgar Resende. 2016. “Rupturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais”. *Estudos. Sociologia. Araraquara* 21 (40): 21-37.
- Avelar, Lúcia M. 2002. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Ed.UNESP / Konrad-Adenauer.
- Avritzer, Leonardo. 1994. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- Benevides, Maria Vitória. 1992. *A cidadania ativa*. São Paulo: Brasiliense.
- Borja, Jordi. 1975. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: SIAP.
- Boschi, Renato R. 1987. *A arte da associação*. São Paulo: Vértice.
- Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter on the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Caldart, Roseli Salete. 1997. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique. 1972. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Cardoso, Ruth C. L. 1994. “A trajetória dos movimentos sociais”. Em *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*, organizado por Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense.

- Cardoso, Ruth C. L. 1985. "Formas de participação popular no Brasil contemporâneo". *Revista Fundação SEADE* 1 (3). São Paulo: Fundação SEADE.
- Carlos, Euzeneia, Monika Dowbor e Maria do Carmo Albuquerque. 2017. "Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas". *Civitas* 17 (2): 360-378. Porto Alegre: PUC.
- Castells, Manuel. 2018. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2013. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 1974. *Movimientos sociales urbanos*. Madrid: Siglo XXI.
- Castoriadis, Cornelius. 1975. *L'nstitution imaginaire de la société*. Paris: Seuil.
- Castoriadis, Cornelius e Daniel Cohn-Bendit. 1981. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, Mary. 1992. "O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos". *Caderno CRH* (17): 230-245.
- Cattani, Antonio D., org. 2017. *Escolas ocupadas*. Porto Alegre: Cirkula.
- Cayres, D. 2017. "Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais". *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (82): 81-104.
- Chomsky, Noam. 2012. *Occupy*. United Kingdom: Penguin Books.
- Cohen, Jean. 1985. "Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research* 52: 663-716.
- Costa, Albertina e Cristina Bruschini, org. 1992. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro e São Paulo: Rosa dos Tempos / Fundação Carlos Chagas.
- Cruz, Sebastião; André Kaysel e Gustavo Codas, ed. 2015. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Dagnino, Evelina, org. 1994. *Anos 90. Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Day, R. J. F. 2005. *Gramsci is dead: Anarchist currents in the newest social movements*. Londres: Pluto.
- Debord, Guy. 1995. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto.
- Della Porta, Donnatella. 2007. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo: Loyola.
- Della Porta, Donnatella e M. Daiani. 2015. *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford: Oxford University Press.
- Della Porta, Donnatella e Sidney Tarrow. 2005. *Transnational protest and global activism*. Londres: Roman / Littlefield Publish.
- Di Cintio, Chloé. 2010. *Petit traité de désobéissance civile*. Paris: ResPublica.
- Doimo, Ana Maria. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- Doimo, Ana Maria. 1984. *Movimento social urbano, igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes.
- Domingues, José Maurício e Breno Bringel, orgs. 2013. *Dossiê: As jornadas de junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: NETSAL / IESP / UERJ.
- Eder, Klaus. 1992. "Culture and politics". In *Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge: MIT Press.
- Eluf, Luiza N. 1999. *Crimes contra os costumes e assédio sexual*. São Paulo: Jurídica Brasileira.
- Evers, Tilman. 1982. "De costas para o Estado, longe do parlamento". *Novos Estudos CEBRAP* 2 (1): 30-37. São Paulo: CEBRAP.
- Foucault, Michel. 1981. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Fourrier, Charles e Robert Owen. 1977. "Le proposte dei socialisti utopisti: importanza e limiti storici dei modelli degli utopista". In *Storia della urbanística: l'ottocento*, de Paolo Sicca, 1082-1088. Roma.
- Fraser, Nancy. 2001. "Recognition without ethics". *Theory, Culture and Society* 18 (2): 21-42.
- Gohn, M. da Gloria. 2019. *Participação e democracia no Brasil-Da década de 1960 aos impactos pós -junho de 2013*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2018a. "Marcos referenciais teóricos que tem dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil 1970-2018". *Revista Brasileira de Sociologia-RBS* 6 (14): 5-33.
- _____. 2018b. "Potencialidades e limites da participação no federalismo brasileiro". Em *Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável. Experiências do Brasil e da Alemanha*, organizado por Klaus Frey, José Mário Carneiro Brasiliense, 69-90. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftug / Oficina Municipal / UFABC.
- _____. 2017a. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes*. São Paulo: Cortez.
- _____. 2017b. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, 12º ed. São Paulo: Loyola [1ª edic. 1997].
- _____. 2017c. *Movimentos sociais e educação*, 10ª ed. São Paulo: Cortez [1ª ed. 1992].
- _____. 2016. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*, 9º ed. São Paulo: Cortez.
- _____. 2015. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*, 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2014a. *Novas teorias dos movimentos sociais*, 5ª ed. São Paulo: Loyola.
- _____. 2014b. *Sociologia dos movimentos sociais*, 2ª ed. São Paulo: Cortez.

- Gohn, M. da Gloria. 2013a. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, 7ª ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2013b. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*, 8ª ed. São Paulo: Loyola [1ª ed. 1995].
- _____. 1997. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- _____. 1991. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola.
- _____. 1990. “Conselhos populares, conselhos de cidadãos e participação popular”. *Revista Serviço Social e Sociedade* 34. São Paulo: Cortez.
- _____. 1985. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1982. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez.
- Habermas, Jürgen. 1981a. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus.
- _____. 1981b. “New social movements”. *Telos* (49): 33-43.
- Harvey, David. 2011. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Hessel, Stéphane. 2011. *Indignai-vos!* Lisboa: Objetiva.
- Hobsbawm, Eric. 1970. *Rebeldes primitivos*. Rio: Zahar.
- Honneth, Axel. 2003. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Ianni, Otávio. 1975. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Januário, A., J. Medeiros y J. Melo, orgs. 2019. *Ocupar e resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34.
- Jasper, James. 2016. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kowarick, Lúcio 1987. “Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura”. *RBCS* 1 (3): 28-45.
- _____. 1975. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Krischke, Paulo. 1995. “Atores sociais e consolidação democrática”. Em *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez.
- Kropotkin, Pierre. 1979. “Sobre o governo representativo ou parlamentarista”. Em *O anarquismo e a democracia burguesa*. São Paulo: Global.
- La Boétie, Étienne de. 2006 [1977]. *Discurso sobre a servidão voluntária*. L. C. C. Publicações Eletrônicas. Acceso el 8 de julio de 2019.
http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria
- Latour, Bruno. 2012. *Investigação sobre los modos de existência*. Buenos Aires: Paidós.

- Lavalle, A. G., E. Carlos, M. Dowbor y José Szwako, orgs. 2019. *Movimentos sociais e institucionalização*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Lima, Paulo F. 2013. *Violência contra a mulher. O homicídio privilegiado e a violência doméstica*. São Paulo: Atlas.
- Linera, Álvaro. 2009. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Boitempo.
- Louro, Guacira L. 1997. "Mulheres na sala de aula". In *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary del Priori, 443-481. São Paulo: Contexto / UNESP.
- Machado da Silva, Luis Antonio e Ana Clara Torres Ribeiro. 1985. "Paradigma e movimento social: por onde vão nossas ideias". *Ciências sociais hoje*. São Paulo: ANPOCS / Cortez.
- Marcuse, Herbert. 1967. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, José de Souza. 1986. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1973. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira.
- McAdam, Doug. 1982. *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970*. Chicago: Chicago Press.
- Melucci, Alberto. 1996. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge Press.
- _____. 1989. *Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press.
- _____. 1980. "The new social movements: A theoretical approach". *Social Science Information* 19: 199-226.
- Milani, Carlos R. S. 2008. "O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias". *RAP-Revista de Administração Pública* 42 (3): 551-579. Rio de Janeiro: FGV.
- Moisés, J. Álvaro. 1990. *Cidadania e participação*. São Paulo: CEDEC / Marco Zero.
- Moreno, Jacob Levy. 2008. *Quem sobreviverá? Fundamentos da sociometria, da psicoterapia de grupo e do socio drama*. São Paulo: Daimon.
- Negri, Antonio e M. Hardt. 2005. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record.
- Nietzsche, Friedrich. 1957. *La Gai savoir, la Gaya scienza*. Paris: Club Français du Livre.
- Offe, Claus. 1988a. *New social movements as a metal political challenge*. Bielefeld: University of Bielefeld.
- _____. 1988b. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Sistema.
- _____. 1985. "New social movements: Challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research* 52: 817-868.
- Oliveira, Francisco de. 1972. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP* 2. São Paulo: CEBRAP.
- Ortellado, Pablo e Elena Judensnaider. 2013. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

- Perrot, Michele. 1998. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP.
- Pinto, Celi Jardim. 1992. "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". Em *Uma questão de gênero*, organizado por Albertina Costa y Cristina Bruschini, 127-150. Rio de Janeiro e São Paulo: Rosa dos Tempos / Fundação Carlos Chagas.
- Pleyers, G. e B. Bringel. 2017. *Protesta e indignación global. Los movimientos sociales em el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: CLACSO e Rio: FAPERJ.
- Proudhon, Pierre J. 1981. "A velha e a nova sociedade". *Anarquistas*: 40-55. Porto Alegre: LPM.
- Quijano, Aníbal. 2005. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, organizado por Edgard Lander. Buenos Aires: CLACSO.
- Rago, L. Margareth. 2013. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: UNICAMP.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 1999. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP.
- _____. 1990. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 1974. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1966. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- _____, org. 1968. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Rousseau, Jean J. 1968. *The social contract*. New York: Penguin Books.
- Rotterdam, Erasmo de. 2002. *Elogio da loucura*. São Paulo: Martin Claret.
- Sader, Eder. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Saint-Simon, Claude Henri. 1976. *The political thought of Saint-Simon*. Oxford: University Press.
- Saffioti, Heleieth. 2003. "Conceituando gênero". *Gênero e Educação*: 53-65. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher / Secretaria Municipal de Educação.
- _____. 1976. *A mulher na sociedade das classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Scherer-Warren, Ilse. 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- Scott, Joan. 1989. *Gender: A useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Silva, Andreia Oliveira. 2016. "A participação de estudantes do ensino médio de escolas públicas da região de caieiras/SP em movimentos sociais". Tese de Doutorado. Campinas: FE / UNICAMP.
- Singer, André. 2013. "Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas". *Novos Estudos* 97 (23-40). São Paulo: CEBRAP.

- Snow, David, Sarah A. Soule y Hans Peter Kriesi. 2004. *The blackwell companion to social movements*. Londres: Blackwell.
- Solano, Ester G. 2018. *O ódio como política- A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Solano, Ester, B. P. Manso y W. Novaes. 2014. *M@scAr@dos: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial.
- Souza-Lobo, Elizabeth. 1991. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense.
- Swampa, Maristella. 2008. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: CLACSO / Siglo XXI.
- Tapia, Luis. 2009. "Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política". *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano* 11. Buenos Aires: CLACSO.
- Tarrow, Sidney. 2005. *New transnational activism*. Cambridge: Cambridge Press.
- _____. 1994. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge Press.
- Tatagiba, L. e A. Galvão. 2019. "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". *Opinião Pública* 25 (1): 63-96. Campinas: UNICAMP.
- Thompson, Edward Palmer. 1984. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica.
- _____. 1981. *A miséria da teoria*. Rio: Zahar.
- Thoreau, Henry D. 1975. *A desobediência civil*. São Paulo: Cultrix.
- Tilly, Charles. 2007. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2006. *Regimes and repertoires*. Chicago: Univ. Chicago Press.
- _____. 2004. *Social movements, 1768-2004*. Boulder: Paradigm Publishers.
- _____. 1994. *Remapping memory. The politics of time and space*. Londres: University of Minnesota Press.
- _____. 1993. "Cambio social y revoluciones em Europa 1492-1992". *Historia Social* (1): 71-98.
- _____. 1978. *From mobilization to revolution*. Londres: Addison-Wesley, Publishing Company.
- Tilly, Charles, Sidney Tarrow e Doug Mcadam. 2001. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Touraine, Alain. 2007. *O mundo das mulheres*. Petropolis: Vozes.
- _____. 1997. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- _____. 1984. *Le retour de l'acteur*. París: Fayard.
- _____. 1973. *Producción de la société*. París: Seuil.
- _____. 1965. *Sociologie de l'action*. París: Seuil.

- Vianna, Luiz Werneck. 1989. *A transição da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Ravan.
- _____ 1983. *A classe operária e a abertura*. Rio de Janeiro: Califa.
- _____ 1978. *O liberalismo e o sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Wanderley, Luis E. W. 1986. *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes.
- Wefford, Francisco. 1978. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Young, I. Marion. 1997. *Intersecting voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton: Princeton University Press.
- _____ 1996. "Communication and the other: Beyond deliberative democracy". In *Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political*, de Benhabid Seyla, 120-256. Princeton: Princeton University Press.
- Žižek, Slavoj. 2012. *O ano em que sonhamos perigosamente*. Brasília: Boitempo.